

# CONSTRUIR A LUTA UNIFICADA CONTRA TODAS AS PRIVATIZAÇÕES

A Petrobrás, todas as empresas de seu sistema e o Pré-Sal estão, mais uma vez, na mira do imperialismo, bem como inúmeras outras estatais e setores estratégicos de nosso país. Paralelo a esse escopo mais geral, essas mesmas estatais já estão sendo

vítimas de medidas que visam o seu desmonte, bem como sua entrega ao capital nacional e internacional. Diante de tudo isso, a FNP compreende que, mais do que nunca, é imperioso a construção da resistência de forma unificada contra a

sanha entreguista, lutando contra todas as privatizações, evitando a liquidação do patrimônio nacional, das capacidades e potencialidades de desenvolvimento e soberania, além de defender as liberdades democráticas.

Frente a esse quadro, a FNP buscará ser parte da construção da mais ampla unidade de ação contra essas ofensivas.



Realizar uma campanha nacional da FNP em todas as mídias possíveis com os seguintes eixos:

- Contra a privatização da Petrobrás, de todas as empresas de seu sistema, a entrega do Pré-Sal, das demais estatais e riquezas do País;
- Por uma Petrobrás a serviço da classe trabalhadora.
- Redução dos preços dos combustíveis e gás de cozinha!
- Sugerir aos sindicatos da FNP realizarem seus Congressos até abril/2019, visando a entrega de proposta de ACT, no final de maio.

## BLOCO UNIDADE DA LUTA PETROLEIRA

• Buscar unificação dos 17 sindicatos mais entidades petroleiras (FNP, FUP, FENASPE, AMBEP, AEPET, SINDICATOS DA BR DISTRIBUIDORA, GDPAPE, MARÍTIMOS, etc) em um encontro/reunião plenária, para construir uma pauta e um calendário comum.

• Sugerir aos sindicatos a organização de encontros regionais, estilo COPESP, até abril/2019, observada a autonomia dos sindicatos e federações, além de construir boletins informativos unificados no estilo do que foi realizado agora em São Paulo;



## BLOCO UNIDADE DAS ESTATAIS

- Intensificar participação da FNP em audiências e comitês em Brasília;
- Construir uma campanha salarial e contra a privatização unificada com as outras estatais;
- Propor e articular a construção de um encontro das estatais para organizar a luta comum;
- Buscar unidade com federações de estatais, como a FEN-TECT que já fez esse chamado. Articular uma reunião com a FENTECT no sentido de atender ao chamado;
- Participar de espaços unitários, como o fórum unitário das centrais sindicais, também do fórum que participa o ANDES e outras iniciativas do movimento, em busca de parceria na luta contra as privatizações;
- Intensificar a participação no Comitê de Empresas Públicas;
- Aproximar a FNP de institutos de formação, tais como, ILAESE, IBEPS e o DIEESE;
- Buscar unidade com Associações, como a ANTB e outras que representem os caminhoneiros autônomos;
- Buscar unidade com a COBAP e suas federações;
- Realizar campanhas publicitárias unificadas contra privatização, com outdoors, vídeos etc;
- Valorizar e seguir atuando com as ações jurídicas contra venda de ativos;
- Realizar caravanas pelo Brasil contra a privatização das empresas públicas.



## EIXOS

- Contra a privatização da Petrobrás, de todas as empresas de seu sistema, entrega do Pré-Sal e demais estatais e riquezas do País;
- Por uma Petrobrás a serviço da classe trabalhadora. Redução dos preços dos combustíveis e gás de cozinha!
- Em defesa dos direitos e das liberdades democráticas;
- Defesa de um plano emergencial de geração de emprego, dos direitos trabalhistas e contra o fim do Ministério do Trabalho;
- Defesa da Previdência Pública e universal e contra a privatização dos fundos de pensão;
- Defesa e valorização dos aposentados e pensionistas; Total isonomia na política de reajuste entre aposentados e trabalhadores da ativa;
- Defesa da Educação e da Saúde Pública, gratuita e de qualidade;
- Defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito às diversidades sexuais;
- Contra toda forma de opressão e exploração;
- Defesa dos povos nativos e originários, suas terras e suas culturas;
- Defesa da água, das florestas e da Amazônia como universal e pública;
- Defesa de Reforma Urbana e Agrária;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Pela revogação da EC/95, que congela o orçamento e impede o atendimento das necessidades de saúde, educação e segurança da população;
- Em defesa do emprego, salário e moradia;
- Pela Liberdade de ensinar e de aprender, em defesa da autonomia das instituições de ensino públicas.

## CALENDÁRIO

- 16/01 Seminário sobre Petros no Sindipetro ALSE;
- 24/01 Seminário sobre Petros no Sindipetro SJC;
- 24/01 Dia Nacional dos Aposentados com mobilizações locais durante a semana;
- 27/01 mobilização da COBAP em Aparecida do Norte;
- Final de janeiro Reunião do comitê de empresas públicas em Brasília;
- Final de janeiro Reunião do grupo nacional do CGPAR em SP;
- Início de Fevereiro 3 COUPESP (Sindipetros de São Paulo);  
- Plenárias contra o Petros 3, em defesa da alternativa construída pelas entidades.
- 08/03 Dia Internacional das Mulheres. Participação nos atos junto com os movimentos sociais e divulgação das pautas da categoria;
- Janeiro/Abril Congressos Regionais dos Sindicatos da FNP;
- Maio Congresso da FNP no Rio de Janeiro.

# DIREÇÃO DA EMPRESA SUSPENDE, UNILATERALMENTE, NEGOCIAÇÃO DA METODOLOGIA DE PLR



Após ultimatos e chantagens para forçar a categoria a assinar um acordo no afogadilho, a direção da Petrobrás suspendeu, na última semana de 2018, a negociação em relação à nova metodologia de PLR.

No dia 28 de dezembro, o setor de Relações Sindicais enviou à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) ofício informando que a proposta de metodologia de PLR perderia a validade se não fosse aprovada imediatamente.

Na prática, a direção da empresa encerrou, unilateralmente as negociações, mas descumpriu, sem constrangimento, as cláusulas do ACT e as leis vigentes que regem o tema. A postura contraditória da alta cúpula é explícita. Se, de um lado, se apoia em orientações políticas do governo, transmitidas via SEST e Receita Federal, para justificar sua cruzada pró-mercado, de outro, rasga compromissos firmados com os trabalhadores sem qualquer preocupação com os princípios legais que tanto finge respeitar.

Basta lembrar que o ACT vigente prevê explicitamente, na cláusula 88, que as negociações coletivas relacionadas à PLR teriam início até 31 de janeiro de 2018 e que o próprio regimento da PLR tem vigência até 31 de março de 2019. Fora isso, lembramos que a Lei 10.101/00 prevê que a PLR deve ser negociada entre as partes. Nada disso, a direção da empresa tem cumprido, sendo ela a responsável pelo atual impasse.

A interrupção das negociações e sua retomada, somente ao final do ano de 2018, e esta nova suspensão, são responsabilidade da empresa. A FNP havia delibe-

rado a realização de suas assembleias no início do ano de 2019, que agora ficam prejudicadas.

A indisposição para seguir as negociações parte dos representantes da empresa, assim como a tentativa de impor uma assinatura do acordo às pressas é uma ação da direção da companhia. Diante de tantos abusos o que a alta cúpula esperava da categoria?

Diante desse quadro, via ofício, a FNP reiterou sua disposição ao diálogo e requereu a reabertura das reuniões entre empresa e empregados, citando o descumprimento dos ACTs e da legislação relativa à PLR. A reivindicação da Federação expressa um novo e grande esforço pela continuidade das negociações, uma vez que do outro lado há uma direção disposta a tudo para atender aos anseios dos acionistas e, ao que parece, em detrimento dos trabalhadores.

De nossa parte, seguimos contrários ao sistema de consequências, ao não estabelecimento de parte do montante e do pagamento por resultados e, também à imposição de indicadores, de cima para baixo. Não se dá uma negociação, de fato, quando as reivindicações de uma das partes são silenciadas e ignoradas.

Iniciamos 2019 com a certeza de que os petroleiros terão que fazer valer sua capacidade de organização e reconhecida trajetória de luta e combatividade.

Com contribuições de matéria do Sindipetro-LP



# MAIS DEMISSÕES NO CENPES



Na esteira do desmonte da Petrobrás e precarização das condições de trabalho, a gestão do Compartilhado degrada o serviço de Transporte de pessoas e desferiu mais um duro golpe contra os trabalhadores do CENPES.

A partir deste mês de janeiro, o serviço de transporte de turno, que assegurava a chegada /partida dos trabalhadores em todos os dias do ano, independente de feriados e finais de semana ou do risco da região, não será mais executado via contrato de empresa de fretamento à disposição da Unidade.

Com a mudança no regime de transporte dos trabalhadores de turno, e consequente diminuição no uso dos carros que faziam este transporte, a VIX demite os motoristas que atendem a Petrobrás há anos e a prestação deste serviço acontecerá através de cooperativas de táxi. Com isso, os trabalhadores, especialmente das equipes de turno que revezam às 23h, além de receber um serviço de qualidade inferior, estarão sujeitos aos "apagões" de carros, comuns na Ilha do Fundão em determinados dias e horários.

Por tudo isto, esta despreparada gestão segue com práticas que se caracterizam pelo desrespeito constante aos petroleiros e petroleiras, hipocritamente apontados como o maior valor da companhia.

Mais uma vez fica o recado aos trabalhadores: apesar de nossas diferenças, só a nossa união fará frente aos desmandos e desatinos de gestões que sequer têm competência para avaliar os riscos impostos pela retirada de direitos da força de trabalho. Vamos em conjunto exigir que o discurso do "cuidar do outro" deixe de ser uma retórica vazia e se traduza em medidas reais em benefício dos trabalhadores.

O Sindipetro-RJ convoca os trabalhadores do turno para uma reunião na sexta (11), às 6h40, em frente a PCV2, com o objetivo de discutir o que fazer para reverter mais este absurdo.



# MESMO COM DISCURSO DE MÍDIA SOCIAL BOLSONARO PISA EM TAPETE VERMELHO, MAS DÁ POSSE A RÉUS E INVESTIGADOS

Em uma posse cuja marca foi a continuidade das frases de efeito, que se traduzem em memes já tão conhecidos por seus eleitores nas mídias sociais, quanto a liberação do uso de armas, licença para matar dos policiais, retóricas moralistas, anti-esquerda ou fundamentalistas, Jair Bolsonaro já deu o tom de como será seu governo ultraneoliberal assinando um decreto que reajustou o salário-mínimo abaixo da inflação acumulada no período, fixando o valor em R\$ 998,00 e frustrando a ex-

pectativa dos trabalhadores de ganharem R\$ 1.006,00. Desta forma coloca em prática a prioridade dos ajustes neoliberais de outros governos seguindo à risca os preceitos dos Chicago Boys de seu governo, liderados por Paulo Guedes.

Entre ratos e urubus, conforme publica a revista Carta Capital (<https://bit.ly/2LdLKRd>) o governo Bolsonaro já abriga ao menos 9 réus ou investigados em ações judiciais no comando de ministérios.

## PETROBRÁS: CASTELLO BRANCO ASSUME E PROMETE DESMONTE TOTAL

Já dizendo a que veio e se mostrando partidário convicto das privatizações, Roberto Castello Branco, em sua posse como presidente da Petrobrás, na quinta-feira (3), defendeu em discurso a entrega de setores da empresa. Após ser indicado, em novembro de 2018, o economista afirmou que o plano é acelerar a exploração do Pré-Sal e vender empresas vinculadas à companhia. Segundo Castello Branco, a expectativa é que a Petrobrás dê sequência à venda de negócios que não estão ligados à sua atividade principal, que seria focada na exploração e produção de petróleo, configurando assim, o governo de Jair Bolsonaro, em mais um lesa-pátria, entreguista que pretende desmantelar a integração dos negócios da Petrobrás. O que de fato, é bom negócio para a concorrência.

A cerimônia de posse contou com a presença do staff Chicago Boy, comandado por Paulo Guedes, ministro da Economia do novo governo, e contou ainda com a presença do governador do Esta-



do do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que já anunciou a pretensão de criar uma "Guantánamo" no Estado, além do ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque.

**Para desgosto de Castello Branco**, há uma decisão liminar do STF que estabelece que vendas de subsidiá-

rias controladas por estatais sejam aprovadas, previamente, pelo Congresso. Ainda, em 20 de dezembro de 2018, o ministro Marco Aurélio Melo, tornou sem efeito o decreto 9355/2018 que buscava legalizar a venda de refinarias, empresas subsidiárias da Petrobrás e de campos do Pré-Sal sem licitação.

Vale lembrar que a FNP participa ativamente da luta contra o processo de desmonte da Petrobrás no movimento "O Petróleo é do Brasil", e apoia a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que barra as vendas de ativos da Petrobrás.

**E para mais desgosto da categoria**, além de ter a intenção de desmantelar a Petrobrás, Castello Branco, já havia dado declarações para justificar sua saída do CA da empresa, ainda no governo Dilma, alegando que discordava das vantagens e benefícios, e do padrão salarial dos petroleiros.

Preparem-se para defender à Petrobrás e os seus direitos! Essa é uma luta combinada.

## GT ENCAMINHA PARA PETROS PROPOSTA ALTERNATIVA AO ATUAL PED



Manifestação na porta da Fundação Petros dia 17/12

Agora, a proposta alternativa ao atual PED, construída no Fórum Unitário (AEPET, AEXAP, AMBEP, FNP, FUP, FNTTAA, FENASPE, GDPAPE) segue para avaliação e tramitação no âmbito da Petros. A proposta visa à manutenção do PPSP (reapactuados e não reapactuados), como plano de benefício definido (BD), garantindo os atuais direitos deste modelo e enfrentando a mesma magnitude de déficits com um rol de medidas alternativas, em desfavor do atual PED "assassino".

Para quem foi descontentado, a proposta prevê o devido abatimento das contribuições extras através de valores compensados nas futuras contribuições normais.

Todas as explicações, tanto em relação ao Petros 3, que foi apresentado pelos representantes da Petrobrás

no GT, quanto em relação à proposta alternativa das federações, sindicatos e associações, serão aprofundadas posteriormente.

Uma vez que a criação do Petros 3, um Plano CD puro, com as patrocinadoras se desincumbindo de suas responsabilidades com os assistidos, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros, espera-se que ocorra a aprovação dos PPSPs (BDs), com as patrocinadoras mantendo suas responsabilidades para com os assistidos, seguindo a tramitação legal até ser oferecido aos participantes e assistidos para decisão de adesão. Isso deve demorar alguns meses e, possivelmente, não acontecerá antes do final do primeiro semestre de 2019.

Somente depois de serem cumpridos todos os formalismos administrativos e legais obrigatórios, tanto o Pe-

tros 3, como os PPSPs, serão colocados com simuladores para serem analisados com total transparência por todos os participantes e assistidos. Como toda essa tramitação não deve acontecer logo, será preciso ter atenção aos canais de comunicação dos sindicatos.

A depender do andamento do processo do Petros 3 e da proposta alternativa (PPSPs R e NR "Ajustados"), o GT vai prestar informações atualizadas e orientações, inclusive da assessoria jurídica, para fevereiro ou março.

Assim, devemos manter nossa mobilização em defesa do Plano Petros e ampliar nossa unidade para as demais lutas da categoria e da classe trabalhadora.

Saiba mais no Blog dos Conselheiros da Petros, link <https://bit.ly/2RCZ5sp>

## APOSENTADOS: MOBILIZAÇÕES E UNIDADE CONTINUAM EM 2019

Além da luta contra as mudanças propostas pela Petros para equacionamento do Plano de Previdência do Sistema Petrobrás, aposentados e pensionistas têm pela frente uma série de mobilizações contra a retirada de direitos que tende a se agravar com a posse do novo Governo. O Sindipetro-RJ, como sempre, tem participado ativamente de atos e mobilizações convocados pelas associações e confederações.

A Previdência Social continuará enfrentando ataques e é preciso união e mobilização para enfrentá-los e barrar a reforma da previdência que está em debate e se apresenta ainda mais prejudicial para toda a classe trabalhadora.

Para janeiro, mês em que se "come-

mora" o Dia Nacional dos Aposentados (24/1), já estão programadas diversas atividades, entre elas a tradicional Missa na Igreja dos Capuchinhos, na Tijuca, realizada na sexta-feira (4), seguida de panfletagem organizada pela Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (FAAPERJ).

Nesta, terça-feira (8), às 14h, aconteceu a primeira reunião mensal da Secretaria de Aposentados do Sindicato que contou com uma apresentação de Ronaldo Tedesco, conselheiro eleito da Petros, o qual detalhou a proposta alternativa ao PED elaborada pelo Fórum em Defesa da Petros. O encontro ainda contou com uma apresentação de um informe do Ju-

rídico do Sindipetro-RJ sobre o andamento das ações, inclusive sobre a liminar sobre a suspensão do PED.

Sem data e local definidos, também em janeiro, será realizada a tradicional festa dos aposentados e pensionistas, que este ano será limitada entre 100 e 150 pessoas, devido a situação financeira do Sindicato. E dia 27, organizada pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), haverá a missa anual em Aparecida do Norte, com ato na Rodovia Presidente Dutra.

Para assistir ao informe Jurídico do Sindipetro-RJ e à palestra sobre Petros/PED/Proposta alternativa, acesse a gravação ao vivo em <https://bit.ly/2FiyYky>



Boletim

**Sindipetro RJ**

Filiado à FNP  
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

ANO II - Número CIII - 09 de Janeiro 2019

(21) 99607-9083  
fb.com/sindipetroj  
www.sindipetro.org.br  
contato@sindipetro.org.br  
youtube.com/campanhapetroleo



## 2019 SERÁ DE LUTA!

Manifesto final do encontro, realizado dias 20 e 21 de dezembro, na sede do Sindipetro do Litoral Paulista, enfatiza a necessidade de construir uma ampla unidade de ação entre os trabalhadores e suas organizações na defesa dos direitos da classe e das riquezas do país.

Reunida em Santos, nos dias 20 e 21 de dezembro, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), debateu o cenário para 2019 e as ações em defesa dos direitos da classe trabalhadora frente aos graves ataques já anunciados e implementados pelo governo que assumiu em 1º de janeiro. A privatização completa e acelerada do Pré-Sal, das subsidiárias, das refinarias, dos dutos e terminais, das demais estatais e das nossas riquezas fazem parte deste horizonte e as formas de luta debatidas nas reuniões da diretoria colegiada do Sindipetro-RJ se inserem no Manifesto do encontro ocorrido no Litoral Paulista.

Também estão no pacote já anunciado pelos novos governantes a perda do direito à aposentadoria tanto com a reforma da previdência, quanto com o ataque aos fundos de pensão como a PETROS, POSTALIS, FUNCEF etc. O objetivo é, também, a retirada ou a oneração abusiva de todos os planos de saúde das estatais.

Ironicamente, pela primeira vez na história do país, "de forma democrática", estamos diante de um governo de ultra-direita e ultra-liberal, alicerçado sobre a imagem forjada de seriedade e honestidade atribuídas a setores pró mercado das Forças Armadas brasileiras, os quais mais uma vez tomam o controle do poder político.

Reproduzimos na página 2, os eixos de luta e as propostas de ações do Manifesto, para a construção de uma resistência ampla e unificada contra todas as privatizações.

## REUNIÃO AMPLIADA DEBATE CONJUNTURA E ESTRATÉGIAS



Além das palestras sobre "Conjuntura política e os desafios para o avanço da categoria", ministrada por Cacau Pereira, do IBEPS, "Índices e metas do regramento da PLR proposto pela Petrobrás", por Re-

nata Belzunces, do DIEESE, e "Importância estratégica das refinarias", com o economista Eric Gil Dantas, os representantes dos sindipetros da FNP debateram as ações em defesa da Petros; PLR; os desafios da manutenção do efetivo próprio; e o enfrentamento às resoluções do CGPAR.

Vinícius Camargo, um dos diretores do Sindipetro-RJ que participou do encontro disse que a Federação já demonstra sua disposição para organizar as lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e das riquezas nacionais, a partir da defesa da Petrobrás e do Pré-Sal.

## SINDIPETRO-RJ EXIBE NOVO DOCUMENTÁRIO DE SILVIO TENDLER



No próximo dia 17 de janeiro, a partir das 18h, o Sindipetro-RJ exibe o novo documentário do cineasta Silvio Tandler "Dedo na ferida", uma produção que discute o controle dos governos pelo capital financeiro. Após exibição do filme será realizado um debate com Tandler.

O documentário busca compreender a cadeia de relações políticas que põe o Estado cativo aos interesses privados. Investiga o porquê do "zele" das contas públicas nacionais pelas grandes corporações transnacionais e questiona se esse cuidado não seria uma escolta para que o capital privado assegure a drenagem dos recursos públicos.

Em tempos de mais ajustes neoliberais, agora propostos pelo governo Bolsonaro, "Dedo na ferida" questiona o discurso das autoridades econômicas de que não se pode gastar mais do que se arrecada. E sugere, para romper tal ciclo de submissão, o fortalecimento da democracia como resistência à ideologia da economia privada.

## PETROBRÁS SUSPENDE NEGOCIAÇÃO DA PLR

Veja nas páginas 3/4.